



ILAESE



BELO HORIZONTE

A SITUAÇÃO ECONÔMICA DA PREFEITURA E OS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO EM MEIO À PANDEMIA

MARÇO DE 2021

Apresentação

Elaborado pelo Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE) em parceria com o Sind-REDE BH (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte) sob coordenação de Gustavo Henrique Lopes Machado.

Todas as informações foram retiradas de relatórios oficiais devidamente indicados. Fundamentalmente, utilizamos os dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional (Siconfi, FNDE).

ÍNDICE

Sumário

INTRODUÇÃO.....	3
1 – CRESCIMENTO DAS RECEITAS MESMO EM MEIO À PANDEMIA.....	4
Variação dos diversos tipos de receitas e a inflação.....	4
Superavit em tempos de pandemia.....	6
2 – INVESTIMENTO EM PESSOAL E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	8
Investimentos em pessoal em relação à LRF.....	8
Espaços para investimento em pessoal em função da LRF.....	9
3 – DETALHAMENTO DAS DESPESAS E RECEITAS DA PREFEITURA.....	11
4 – INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO.....	14
Investimentos totais em Educação.....	14
Nova mudança nos critérios de cálculo do piso constitucional.....	15
Investimentos com os profissionais do magistério.....	16
Detalhamento das despesas em Educação.....	18
CONCLUSÕES.....	20

INTRODUÇÃO

Neste estudo vamos analisar a situação das contas públicas no município de Belo Horizonte, nomeadamente aquelas referentes à Prefeitura Municipal. Junto disto, serão trazidos dados sobre a situação da educação e seus respectivos servidores. Esse estudo, contudo, traz algumas especificidades que pretendemos assinalar já nesta introdução.

Em primeiro lugar, o senso comum nos diz que em um período marcado pela pandemia de COVID-19, as finanças de qualquer órgão público ou privado seriam drasticamente afetadas. Afinal, verificamos a paralisação, parcial ou integral, de inúmeras empresas e órgãos públicos. Embora esse impacto econômico seja real, ele não se reflete por igual em todos os setores. Por exemplo, não poucas empresas ligadas à produção e distribuição de equipamentos hospitalares e farmacêuticos viram suas receitas e produção dispararem. No setor público essa diferença também existe. O nível menos afetado, em regra, é de longe o municipal. Isso ocorre porque a arrecadação dos municípios depende principalmente de transferências federais e impostos anuais, que sofrem pouca oscilação em função das paralisações exigidas pela pandemia em curso.

Cabe mencionar que deixamos para um estudo a parte a análise da terceirização e dos convênios da prefeitura com empresas ou associações privadas.

Neste estudo queremos destacar duas novidades.

A primeira delas é que foi feita uma análise pormenorizada das despesas e das receitas da prefeitura em seu conjunto. A análise das despesas visam identificar oscilações em decorrência de possíveis gastos com a pandemia. Como veremos, seus impactos foram bem menores do que poderia se supor a primeira vista. A análise das receitas procuram indicar com maior precisão a origem dos recursos em meio ao presente quadro.

A segunda novidade, como veremos é a mudança nos padrões de cálculo no caso do piso constitucional da educação. Foi somente por meio dessas mudanças que a prefeitura municipal conseguiu, em um dos seus relatórios, atestar o cumprimento do piso.

Boa leitura!

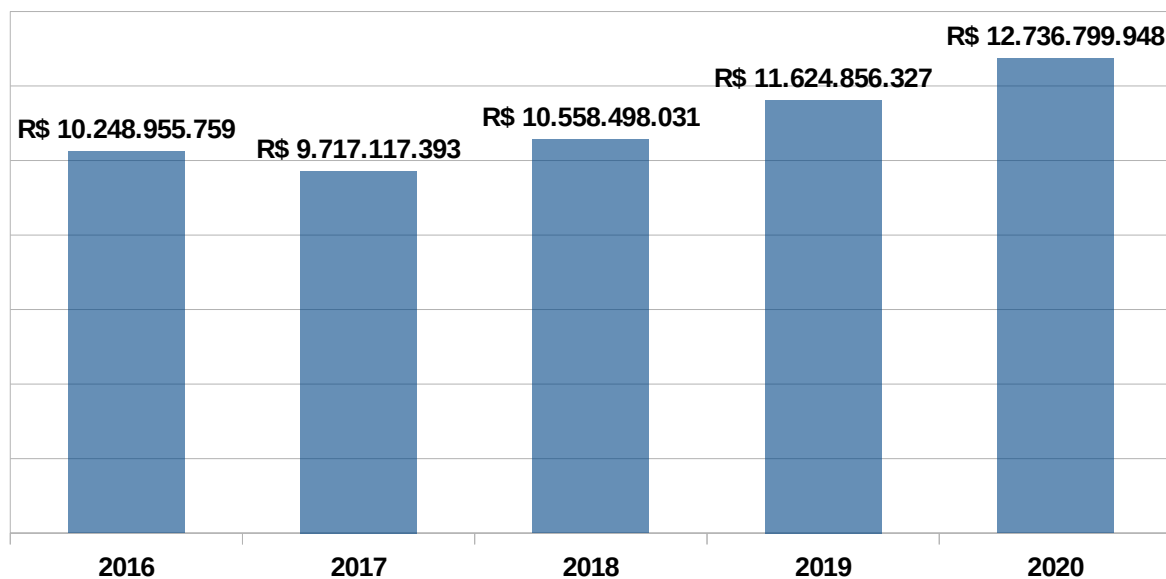
1 – CRESCIMENTO DAS RECEITAS MESMO EM MEIO À PANDEMIA

Nesse item, analisamos a variação nos diversos tipos de receitas da prefeitura de Belo Horizonte. Em um primeiro momento, pode parecer que tais receitas iriam despencar em função da atual pandemia de COVID-19. Esse não foi, de modo algum o caso. Existem motivos claros para isso. Isso porque o setor industrial e produtor de mercadorias de um modo geral não sofreu qualquer paralisação em todo o período. Além disso, as finanças municipais são pouco afetadas com as paralisações. Em primeiro lugar, dependem prioritariamente de transferências federais não vinculadas diretamente a produção. Por outro lado, a prefeitura tem grande parte de sua arrecadação relacionada a impostos sobre a propriedade e não tanto sobre a circulação de produtos. Seja como for, o crescimento das receitas municipais é um fato. É o que veremos a seguir.

Variação dos diversos tipos de receitas e a inflação

Começemos então pela Receita Total que engloba o conjunto da arrecadação municipal, seja qual for a origem do recurso.

Receita Total (em reais)



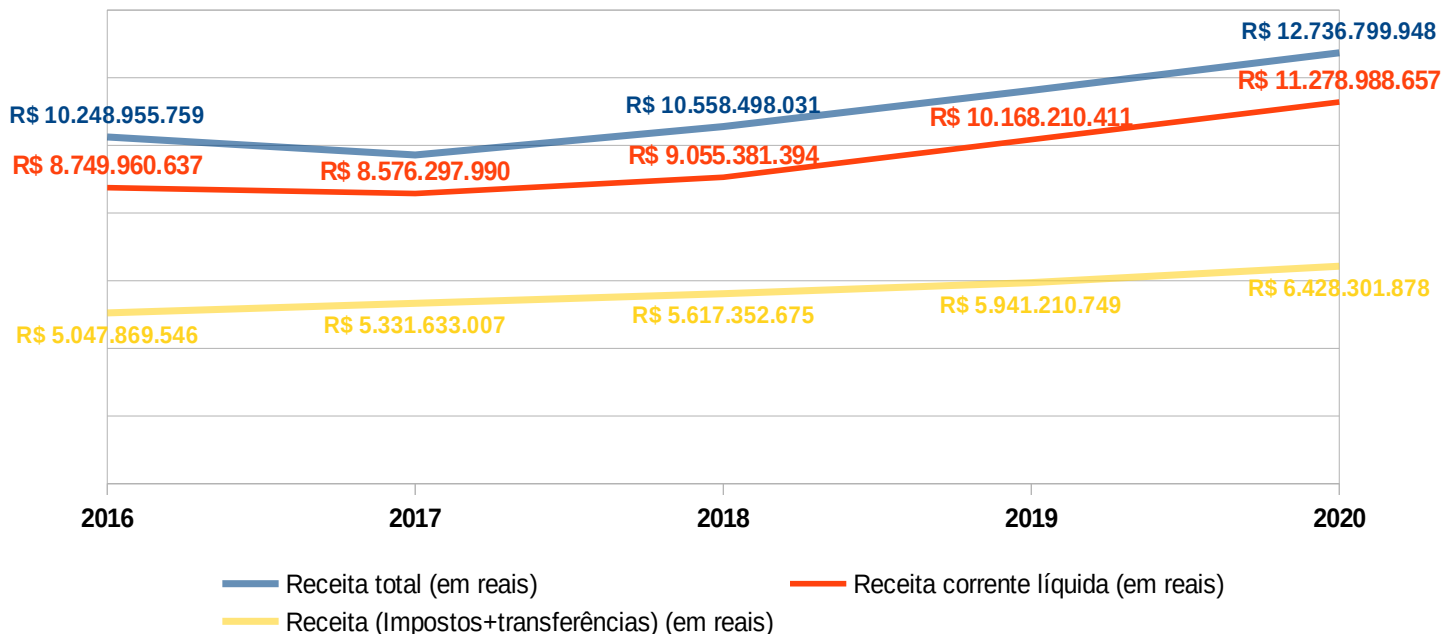
Fonte: Tesouro Nacional:Siconf, FNDE. Elaboração: ILAESE

Belo Horizonte mantém um crescimento expressivo e real em suas receitas. Em 2020, a receita total saltou de 11,64 bilhões de reais para 12,74 bilhões de reais. Trata-se, em termos absolutos, de um crescimento de mais de 1 bilhão de reais em apenas um único ano. Em termos percentuais, o crescimento foi de 9,57%. Em verdade, a prefeitura acumula o terceiro ano consecutivo com crescimento em sua arrecadação total na casa dos 10% ao ano.

Agora comparemos a receita total com outros dois tipos de receita: a receita corrente líquida (RCL) e receita por impostos e transferências. Ambas são frações da receita total. A **receita corrente líquida** considera todas entradas líquidas periódicas da prefeitura. Ela serve como base

para o teto de investimentos em pessoal. A **receita por impostos e transferências** considera apenas os tipos de entradas indicados diretamente em seu nome: impostos e transferências, deixando fora taxas, contribuições e outros tipos de divisas. É esta última a base para o cálculo dos pisos constitucionais da Educação (25%) e da Saúde (12%).

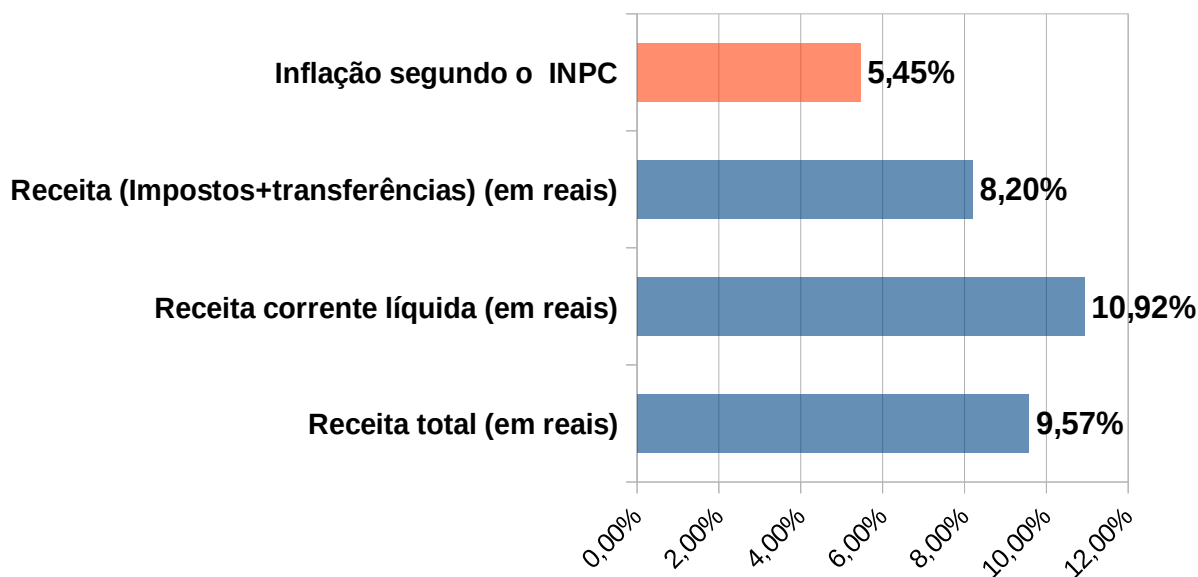
Evolução dos tipos de receitas



Fonte: Tesouro Nacional:Siconf, FNDE. Elaboração: ILAESE

Em todos os casos, verificamos um crescimento expressivo das receitas no município de Belo Horizonte. Tal crescimento foi bastante superior a inflação., como indicado abaixo:

Variação das receitas entre 2020 e 2019 em relação à inflação

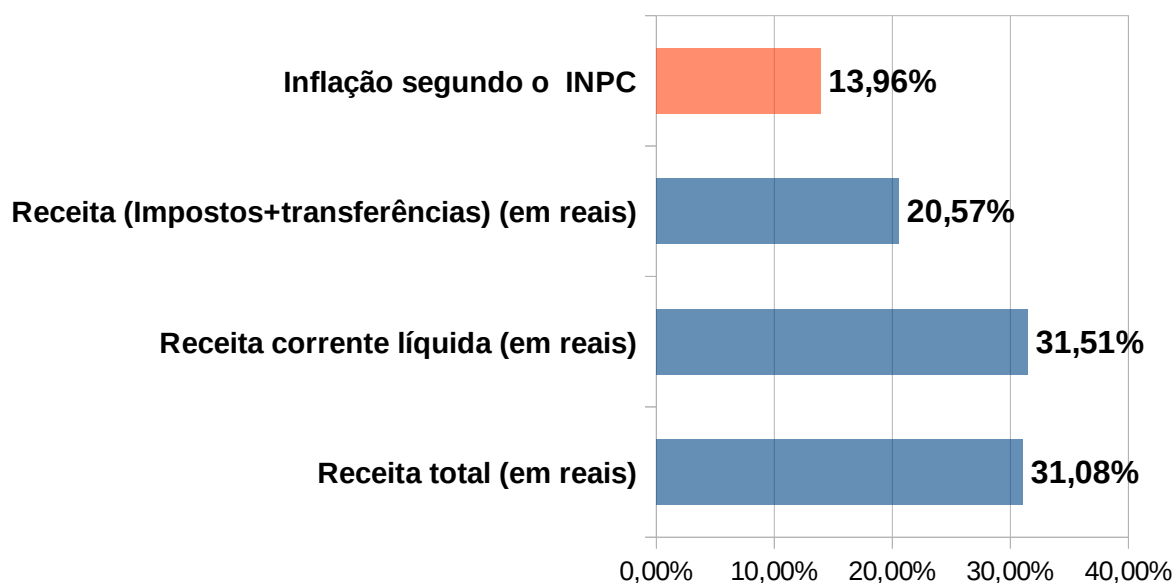


Fonte: Tesouro Nacional:Siconf, FNDE. Elaboração: ILAESE

Nos três tipos de receitas, como podemos ver, houve um crescimento real. Ou seja, um crescimento superior a inflação. Caso a inflação fosse superior ao crescimento das receitas, teríamos apenas um crescimento nominal, já que o poder de compra do montante arrecadado teria se reduzido e não se ampliado. No caso de Belo Horizonte, como podemos perceber, o crescimento real foi de 4,12% no caso da receita total, 5,47% no caso da receita corrente líquida e 2,75% no caso da receita por impostos e transferências.

O que é mais importante é que, longe de ser um resultado exclusivo do ano de 2020, trata-se de uma tendência corrente no município de Belo Horizonte. Isto é, ano após ano o município tem um crescimento real de suas receitas, o que cria a possibilidade concreta de elevar significativamente os investimentos em áreas essenciais bem como com relação a seus servidores. Apresentamos, assim, a variação nas receitas e a inflação entre 2017 e 2020.

Variação das receitas entre 2020 e 2017 em relação à inflação



Fonte: Tesouro Nacional:Siconf, FNDE. Elaboração: ILAESE

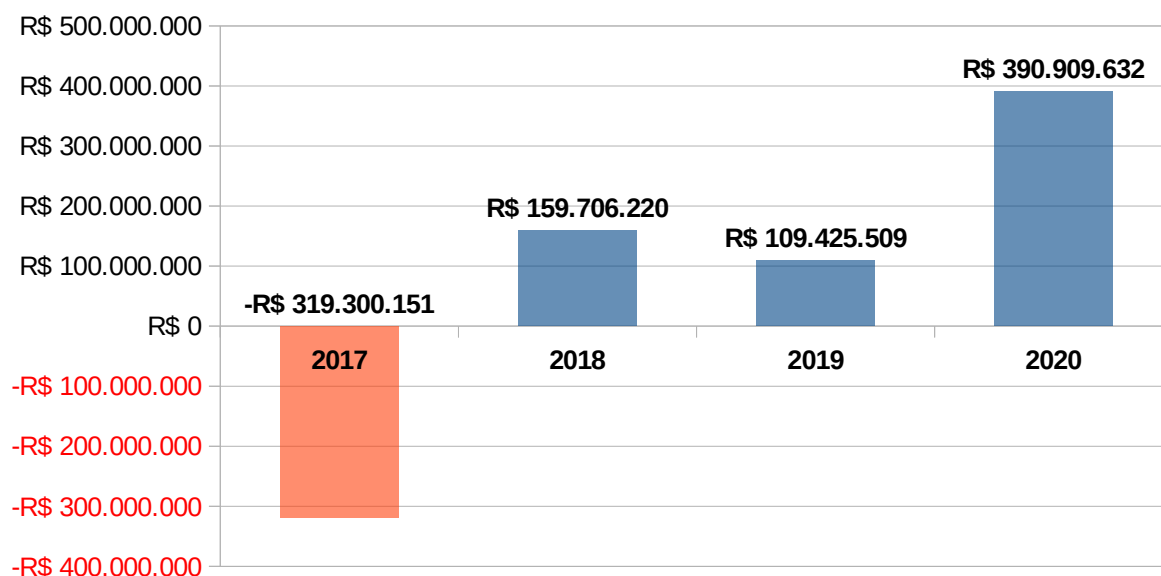
No acumulado entre 2017 e 2020, vemos que a arrecadação total cresceu 31,08% e a receita corrente líquida cresceu 31,51%. Isto significa um crescimento real de mais de 17% desde 2017 nessas duas principais fontes de receita. Isto significa que o montante investido nos serviços oferecidos pela prefeitura, bem como nos salários de seus servidores poderia ter um crescimento real de cerca de 17% nos últimos três anos sem que a fatia destinada a esses setores crescesse relativamente em relação a receita total da prefeitura. Para explicar de um outro modo, se a receita total cresce 17% além da inflação é possível elevar o montante investido, por exemplo em educação, na mesma magnitude sem alterar o percentual da receita total destinado a esta área. Não foi o que aconteceu, como veremos mais adiante.

Superavit em tempos de pandemia

Pouco adiantaria o crescimento real das receitas de Belo Horizonte se suas despesas superassem esse percentual de crescimento. Muitos acreditam que esse foi o caso, em função das despesas produzidas pela pandemia de COVID-19. No entanto, não é isso que observamos. Não

podemos nos esquecer que a pandemia também gerou economias à prefeitura em inúmeras áreas. Indicamos abaixo o superavit da Prefeitura de Belo Horizonte nos últimos 4 anos, isto é, a diferença entre a receita total e as despesas totais do município.

Superavit orçamentário na prefeitura de Maringá (em reais)



Fonte: Tesouro Nacional:Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Como podemos notar, Belo Horizonte obteve, em 2020, superavit de 390,9 milhões de reais. 257% superior ao superavit do ano anterior. Esse superavit fica disponível para o exercício do ano seguinte.

Belo Horizonte teve crescimento real de suas receitas em 2020 e superavit orçamentário de 390 milhões de reais.

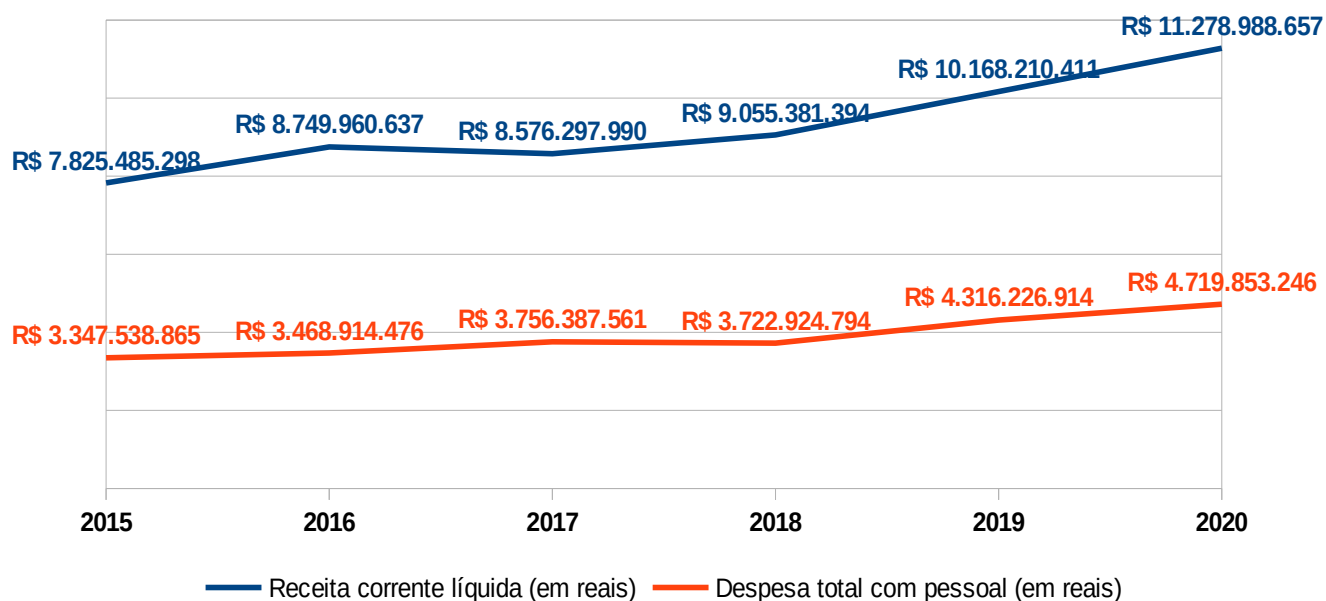
2 – INVESTIMENTO EM PESSOAL E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Nos estudos realizados pelo ILAESE, recorrentemente temos elaborado críticas à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Lei esta que estabelece um teto para investimentos em pessoal, reservando, assim, uma fatia significativa do orçamento para terceirização e atividades financeiras. No caso dos municípios, sobretudo terceirização. Ainda assim, é importante analisar esse teto, já que ele recorrentemente é utilizado como justificativa para evitar ganhos reais e melhorias da situação dos servidores. Importante notar que o total de municípios do país que não cumprem esse teto está na faixa das centenas, sendo que alguns Estados do Nordeste chega a 70% dos municípios em alguns casos. De qualquer modo, a situação da prefeitura de Belo Horizonte é bastante confortável em relação a esse limite.

Investimentos em pessoal em relação à LRF

O teto de gastos com pessoal é estabelecido considerando os gastos com pessoal em relação a Receita Corrente Líquida, já indicada. Ainda assim, repetimos a informação abaixo para que possa ser contrastada com o investimentos com pessoal verificados nos últimos 5 anos.

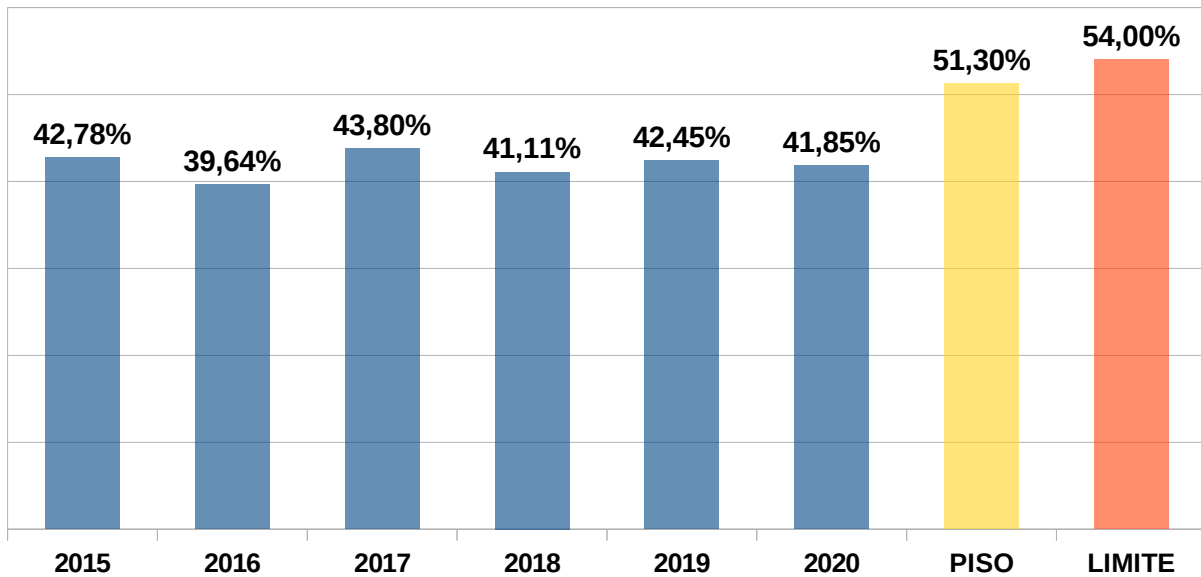
Receita Corrente Líquida e Gastos com Pessoal (em reais)



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

Em termos percentuais, o limite a ser investido em pessoal do Executivo do município é de 54% da Receita Corrente Líquida. Existe ainda um limite prudencial, quando algumas restrições já estão colocadas; esse limite é de 51,3%. Vejamos então, percentualmente, a série histórica considerada a partir de 2015:

Percentual do Gasto com Pessoal em relação à RCL



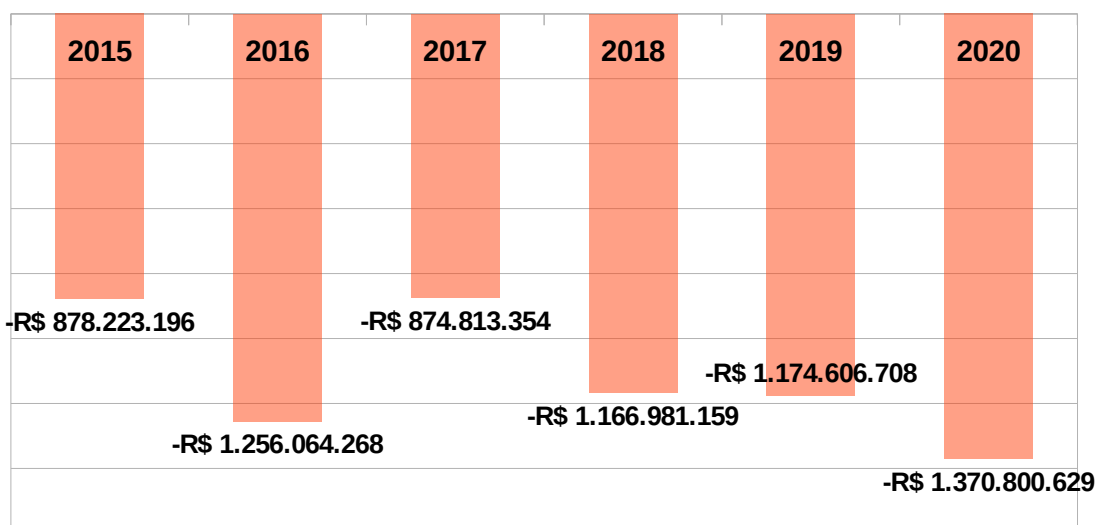
Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

Como se vê, em todos os anos considerados o espaço existente para destinar novos recursos aos servidores públicos é enorme. Em 2020, foram investidos 41,85% em pessoal, quase 10% menos que o limite prudencial.

Espaços para investimento em pessoal em função da LRF

Indicamos abaixo os espaços existentes para investimento em pessoal tendo em vista o limite de 54% da LRF.

Perdas Lei de Responsabilidade Fiscal (em reais)

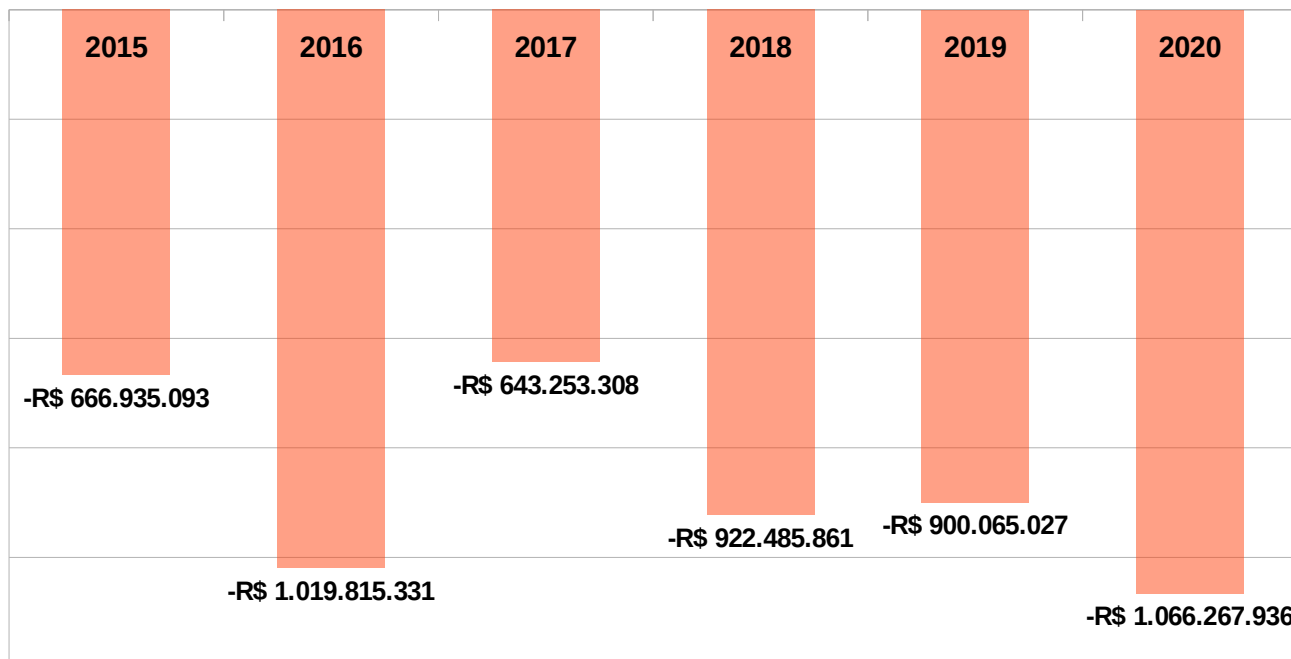


Fonte: Tesouro Nacional - SICONF. Elaboração: ILAESE

Em 2020, temos o maior espaço disponível para investimentos em pessoal considerando o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata-se de 1,37 bilhões de reais. O maior valor já verificado em toda a série histórica do município.

Agora, indicamos os mesmos valores considerando o limite prudencial:

Perdas Lei de Responsabilidade Fiscal - LIMITE PRUDENCIAL (em reais)



Fonte: Tesouro Nacional - SICONF. Elaboração: ILAESE

Mesmo considerando o limite prudencial, o espaço disponível supera a marca de 1 bilhão de reais, mais precisamente, 1,066 bilhões.

Lembrando que o espaço disponível é ainda superior. Como Belo Horizonte possui clara tendência de crescimento em sua receita corrente líquida, na faixa dos 10% ao ano, como já mostramos, o montante dessa receita passível de ser investido em pessoal é mais elevado a cada ano. Assim, caso o crescimento se mantenha em 2021, suponhamos, 10% de crescimento na receita corrente líquida sob uma inflação de 5%, um reajuste geral dos servidores nesse mesmo patamar, manteria estagnada a taxa de investimentos em pessoal. Isso, claro, pressupondo a mesma massa de servidores que, como sabemos, tem tendência de queda na educação.

Considerando o Limite Prudencial estabelecido pela LRF, Belo Horizonte possui espaço para investimento em pessoal superior a 1 bilhão de reais anuais.

3 – DETALHAMENTO DAS DESPESAS E RECEITAS DA PREFEITURA

Abaixo, indicamos a distribuição de todas as despesas da Prefeitura de Belo Horizonte comparando o ano de 2020 com o de 2019. As despesas indicadas são as despesas liquidadas. Esse é um tema importante que voltaremos a falar mais abaixo quando discutirmos o piso constitucional da educação. Para esses dados é importante saber que levando em conta tanto as despesas orçamentárias, previstas no orçamento do ano anterior, como as intra-orçamentárias, não previstas no orçamento. Ou seja, consideramos o total das despesas em todos os setores.

Função/Subfunção			
DESPESAS (ORÇAMENTÁRIAS E INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	2020	2019	Variação
Legislativa	197.817.905	189.166.720	4,57%
Administração	518.783.060	465.730.753	11,39%
Segurança Pública	214.497.768	177.670.036	20,73%
Assistência Social	428.503.544	285.503.093	50,09%
Previdência Social	1.309.146.178	1.220.016.099	7,31%
Saúde	4.141.560.440	3.888.704.100	6,50%
Trabalho	148.525.901	53.909.881	175,51%
Educação	2.013.622.725	1.914.827.440	5,16%
Cultura	71.762.620	63.531.261	12,96%
Direitos da Cidadania	6.883.721	6.822.288	0,90%
Urbanismo	515.073.530	453.291.592	13,63%
Habitação	137.273.795	138.484.758	-0,87%
Saneamento	484.520.422	483.136.959	0,29%
Gestão Ambiental	114.633.176	107.415.618	6,72%
Ciência e Tecnologia	102.007.415	107.281.525	-4,92%
Agricultura	808.251	1.801.174	-55,13%
Comércio e Serviços	41.660.061	49.028.300	-15,03%
Transporte	250.985.037	254.207.252	-1,27%
Desporto e Lazer	20.482.201	21.516.270	-4,81%
Encargos Especiais (dívida)	652.152.285	771.773.905	-15,50%
TOTAL	11.370.700.034	10.653.819.024	6,73%

Fonte: Tesouro Nacional - SICONF. Elaboração: ILAESE

Observem que houve um crescimento nominal de 5,16% no montante total investido em Educação. Apesar disso, como já indicamos, a inflação do período foi de 5,45%. O que significa que o valor real investido foi inferior ao do ano anterior. Some-se a isso o crescimento da receita total,

que foi de 9,57%. O que representa uma redução ainda maior dos investimentos em educação em relação a composição geral das receitas do município. Observem que, mesmo em plena pandemia, o setor de saúde teve um crescimento significativamente menor que aquele das receitas.

Os gastos associados a pandemia, como cestas básicas, provavelmente estão computados em sua maior parte nos itens Assistência Social e Trabalho que cresceram 50,09% e 175,51%. Pode parecer um crescimento elevado, mas esta impressão é falsa, já que esses itens representam uma fração pouco significativa das despesas gerais da prefeitura. O crescimento relativo elevado é produto do fato de que não se investia quase nada nesses setores nos anos anteriores. O que fica nítido na tabela abaixo, quando indicamos a variação do peso percentual de cada um desses setores no total das despesas municipais.

COMPOSIÇÃO	2020	2019
Legislativa	1,74%	1,78%
Administração	4,56%	4,37%
Segurança Pública	1,89%	1,67%
Assistência Social	3,77%	2,68%
Previdência Social	11,51%	11,45%
Saúde	36,42%	36,50%
Trabalho	1,31%	0,51%
Educação	17,71%	17,97%
Cultura	0,63%	0,60%
Direitos da Cidadania	0,06%	0,06%
Urbanismo	4,53%	4,25%
Habitação	1,21%	1,30%
Saneamento	4,26%	4,53%
Gestão Ambiental	1,01%	1,01%
Ciência e Tecnologia	0,90%	1,01%
Agricultura	0,01%	0,02%
Comércio e Serviços	0,37%	0,46%
Transporte	2,21%	2,39%
Desporto e Lazer	0,18%	0,20%
Encargos Especiais (dívida)	5,74%	7,24%

Fonte: Tesouro Nacional - SICONF. Elaboração: ILAESE

Note-se, que como já havíamos indicado, o montante investido na educação caiu de 17,97% das despesas para 17,71%. Na saúde também tivemos queda, de 36,50% para 36,42%. O crescimento nos itens Trabalho e Assistência Social, em seu conjunto, não chegou a 2% das

despesas totais de Belo Horizonte. As despesas em Assistência Social passaram de 2,68% para 3,77%. E em Trabalho, passou de 0,51% para 1,31%. Se é verdade que os discursos do prefeito de Belo Horizonte destacou os riscos da pandemia em diversos momentos, os recursos efetivamente destinados a ela foram bastante pequenos.

Abaixo, indicamos agora a composição das receitas da prefeitura de Belo Horizonte, já que, para espanto de muitos, elas cresceram. Em todos setores indicados em vermelho houve redução percentual das receitas. Alguns deles foram impactados pela pandemia, como é o caso da redução na arrecadação por meio de ISS. Mas como podemos ver, um dos maiores crescimentos foi justamente o FUNDEB. Em partes, está associado ao acerto com os municípios mineiros por parte do governo Estadual dos repasses atrasados referentes ao Fundeb de origem do ICMS. Na época dos atrasos, a prefeitura justificou inúmeras medidas em função deles. Agora, estaria a prefeitura dispostas a compensar essa situação?

RECEITAS PRIMÁRIAS	2018	2019	2020	2020/2019
RECEITAS CORRENTES (I)	9.328.423.612,55	10.427.314.043,39	11.565.599.886,07	10,92%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.874.379.685,92	4.217.063.975,79	4.253.839.501,59	0,87%
IPTU	1.346.914.301,02	1.453.410.647,26	1.464.469.862,51	0,76%
ISS	1.399.078.384,65	1.580.252.804,03	1.536.098.292,71	-2,79%
ITBI	346.312.353,52	392.352.478,39	401.284.811,13	2,28%
IRRF	405.434.732,56	389.212.177,91	462.592.005,50	18,85%
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	376.639.914,17	401.835.868,20	389.394.529,74	-3,10%
Contribuições	395.756.159,12	396.662.521,41	426.972.853,84	7,64%
Receita Patrimonial	305.251.621,47	323.835.549,05	281.595.572,10	-13,04%
Aplicações Financeiras (II)	215.611.250,56	218.030.507,02	188.142.239,08	-13,71%
Outras Receitas Patrimoniais	89.640.370,91	105.805.042,03	93.453.333,02	-11,67%
Transferências Correntes	4.443.264.701,66	5.172.709.396,13	6.379.671.781,21	23,33%
Cota-Parte do FPM	429.179.683,88	463.836.611,53	447.251.961,48	-3,58%
Cota-Parte do ICMS	766.687.202,19	788.499.642,09	840.362.416,36	6,58%
Cota-Parte do IPVA	540.190.078,18	478.814.131,44	763.302.512,20	59,42%
Cota-Parte do ITR	2.208.532,48	1.475.796,92	539.459,33	-63,45%
Transferências da LC 87/1996	4.183.738,56	0,00	0,00	-
Transferências da LC nº 61/1989	11.707.015,72	9.678.712,56	8.680.975,29	-10,31%
Transferências do FUNDEB	486.114.350,28	798.335.435,40	948.569.541,13	18,82%
Outras Transferências Correntes	2.202.994.100,37	2.632.069.066,19	3.370.964.915,42	28,07%
Demais Receitas Correntes	309.771.444,38	317.042.601,01	223.520.177,33	-29,50%
Outras Receitas Financeiras (III)	1.655.581,21	0,00	1.082.519,17	-
Receitas Correntes Restantes	308.115.863,17	317.042.601,01	222.437.658,16	-29,84%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	9.111.156.780,78	10.209.283.536,37	11.376.375.127,82	11,43%

O FUNDEB foi um dos principais responsáveis pelo crescimento nas receitas de Belo Horizonte.

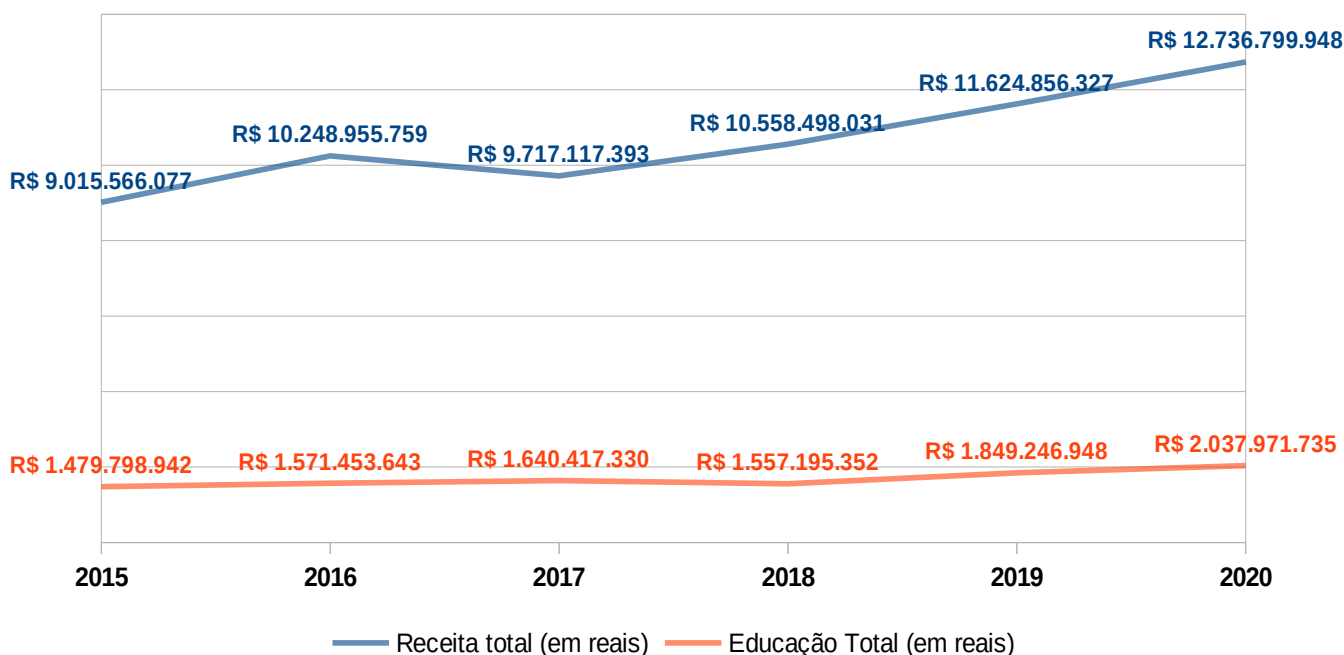
4 – INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO

Abaixo, indicamos uma análise mais pormenorizada dos investimentos no setor de Educação. Esse setor possui dados específicos, em função de possuir um piso também específico de 25% da receita de impostos e transferências. Ainda assim, é importante destacar de início o montante total investido no setor, já o piso incide apenas sobre a educação básica e possui critérios de cálculo específicos. Começamos, portanto, indicando a receita total e o total investido no setor.

Investimentos totais em Educação

No item abaixo apresentamos o total investido em Educação em relação à Receita Total do município. Existe aí uma pequena variação com relação as despesas no item anterior de nosso estudo. Estas diferenças são devido as fontes diferentes consideradas. No item anterior tomamos como referência os relatórios de execução orçamentárias publicados enviados pela prefeitura ao tesouro nacional. Agora, tomamos o relatório que a prefeitura envia ao FNDE. Não cabe ao ILAESE consertar os dados conflitantes publicados pela prefeitura de Belo Horizonte. Sendo assim, indicamos as duas bases de informações oferecidas.

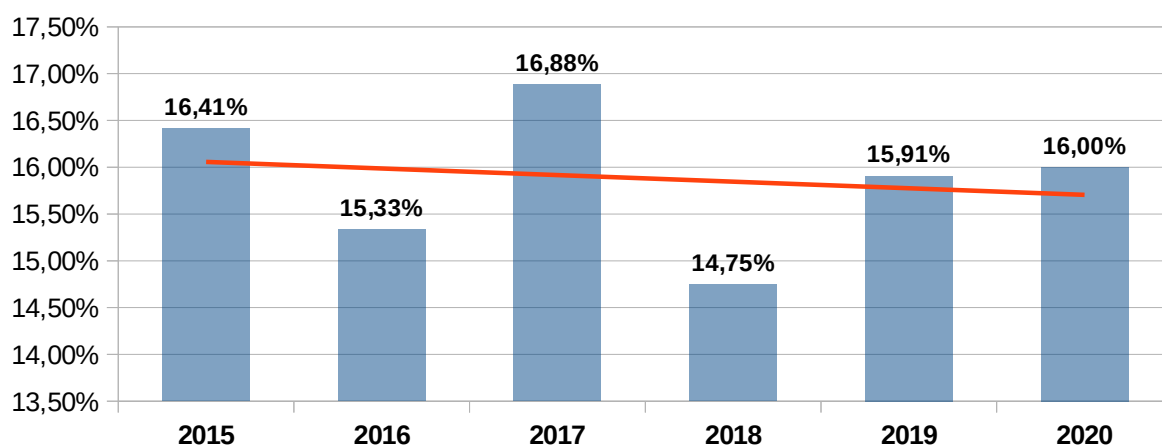
Investimentos totais em em relação a receita total (em reais)



Fonte: FNDE. Elaboração: ILAESE

É visível pelos números absolutos indicados o maior crescimento das receitas do município em relação ao montante investido na Educação desde 2017. O que pode ser comprovado ao tomarmos as variações percentuais.

Percentual gastos em educação em relação à Receita Total



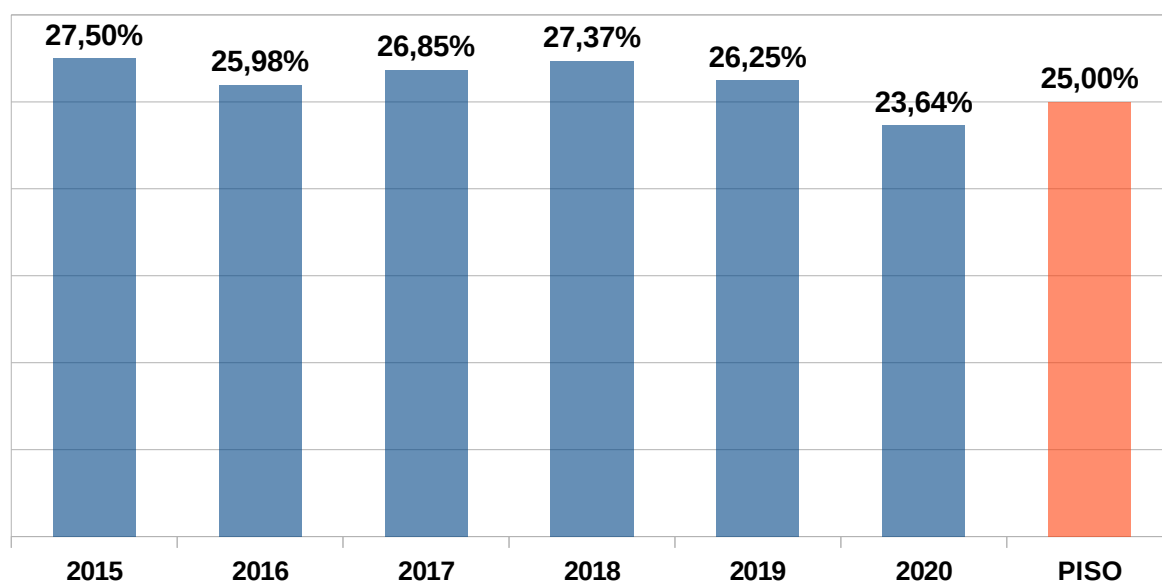
Fonte: FNDE. Elaboração: ILAESE

Verifica-se uma tendência de queda no percentual investido na educação ainda que, segundo os dados do FNDE, com uma leve variação para cima em 2020. Além disso, podemos notar que o montante investido é muito inferior a 25%. Como já indicamos, o piso constitucional considera unicamente a educação básica e o percentual mínimo a ser investido incide apenas sobre a receita por impostos e transferências que indicaremos a seguir.

Nova mudança nos critérios de cálculo do piso constitucional

Se considerarmos o que foi investido na Educação Básica em relação à Receita por impostos e transferências podemos notar uma significativa queda em 2020.

Percentual investido na educação para cálculo do piso constitucional



Fonte: FNDE. Elaboração: ILAESE

Como podemos notar, em 2020, o total investido na educação básica ficou em 23,64% das receitas por impostos e transferências, abaixo, portanto do Piso Constitucional. A partir desses dados, temos uma evidente ilegalidade pelo não cumprimento do piso constitucional da educação. No entanto, ano após ano, os critérios para o cálculo do piso são alterados. Foi exatamente o que ocorreu em 2020.

Se tomamos o relatório do FNDE a ilegalidade é patente, indicamos abaixo trecho extraído diretamente desse relatório:

36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35)) ⁶	1.519.818.938,58
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % 6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% ⁵	23,64

Quando consideramos, no entanto, os dados publicados no SICONFI, o limite parece ter sido cumprido, como indicamos abaixo:

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.634.379.705,54	25,00	25,42
Mínimo Anual de 60% do FUNDEF na Remuneração do Magistério com Férias			

O que ocorreu, na verdade, foi uma mudança nos critérios de cálculo. Até os cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderia ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. Em verdade, até 2019 apenas as despesas liquidadas poderiam ser consideradas. No último bimestre do exercício, foi estabelecido que as despesas empenhadas são as únicas a serem utilizadas no cálculo do piso. Tendo isso em vista, provavelmente, os dados do SICONFI consideraram somente as despesas empenhadas e aqueles do FNDE consideraram apenas o último bimestre de 2020 como sendo despesas empenhadas. Qual a diferença? Vejamos. Existe três formas das despesas serem computadas:

1. **Despesas empenhadas:** quando houve autorização por parte do órgão executivo de uma dada despesa. Ela é, então, reservada, podendo ocorrer, de fato, apenas após a assinatura de um contrato e a realização do serviço.
2. **Despesas liquidadas:** Quando o serviço é realizado e o pagamento está apto a ser realizado.
3. **Despesas pagas:** quando a ordem de pagamento é executada.

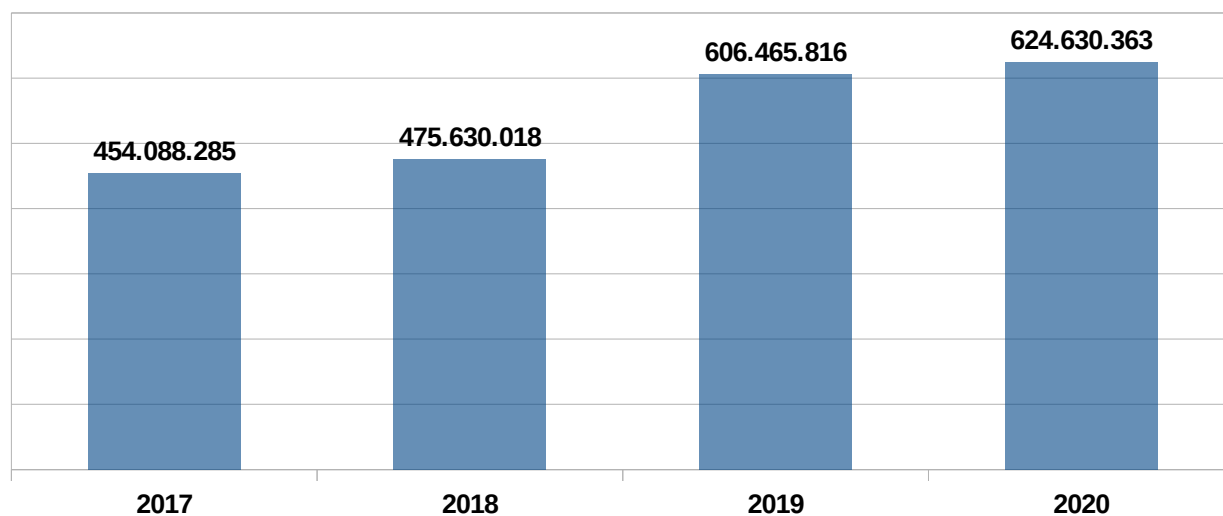
Houve uma mudança nos critérios de cálculo para o piso constitucional. Agora, considera-se as despesas empenhadas. Isto significa que um dado recurso aprovado em um dado ano pelo executivo, já pode ser computado no cálculo do piso constitucional.

Como se nota, o piso cumpre uma papel meramente figurativo, já que os critérios mudam ano após ano de modo a reduzir seu valor efetivo.

Investimentos com os profissionais do magistério

No caso do montante direcionado ao pagamento dos professores, houve um crescimento de 2,99%, inferior portanto a inflação e quase quatro vezes inferior as receitas da prefeitura.

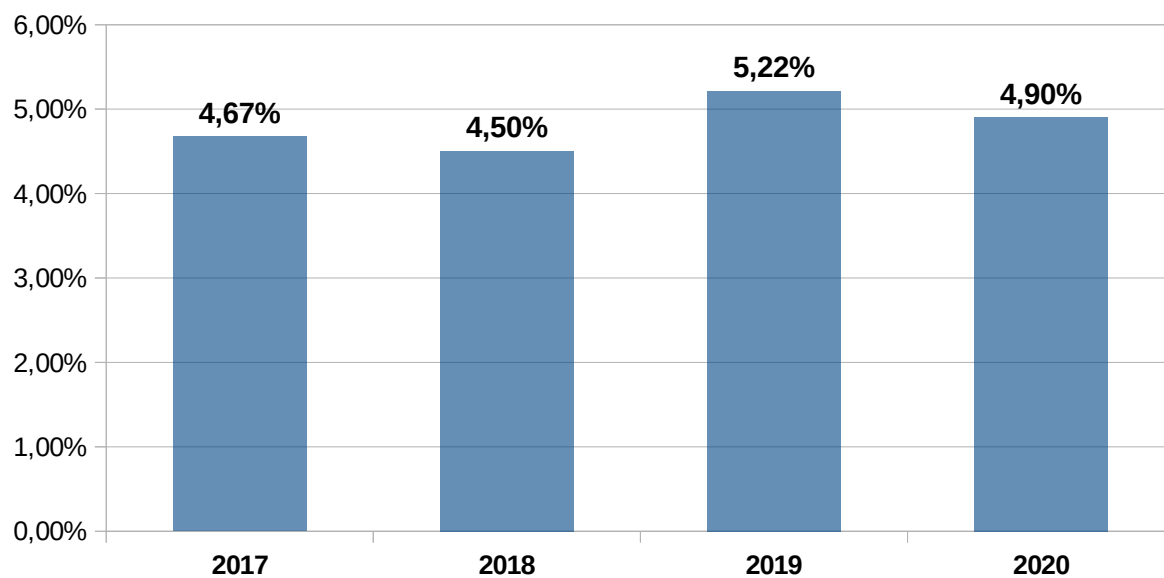
Investimento total com professores (em reais)



Fonte: FNDE e Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

Em termos percentuais, podemos ver que este pequeno crescimento representou, em 2020, uma queda percentual do total investido no setor.

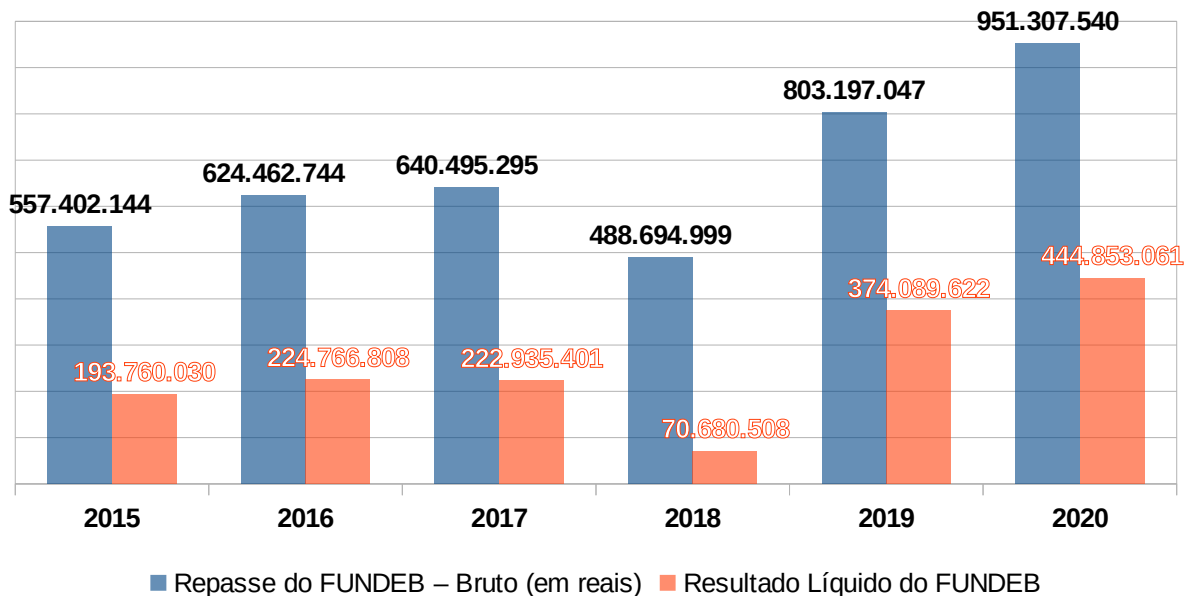
Percentual investido em professores em relação à Receita Total



Fonte: FNDE e Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

Como já havíamos indicado, devido ao pagamento dos recursos atrasados oriundos do governo estadual, o FUNDEB teve um crescimento expressivo. O crescimento foi superior a 18% tanto no FUNDEB Bruto quanto no montante líquido recebido.

Repasse do FUNDEB - Bruto e Líquido



Fonte: FNDE e Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

Detalhamento das despesas em Educação

Indicamos abaixo as despesas com educação detalhadas em conformidade com cada um de seus subsetores. Dividimos os dados em despesas orçamentárias e despesas intra-orçamentárias, aquelas que foram inseridas no orçamento apenas durante o exercício em questão. A começar pelas despesas orçamentárias.

Despesas orçamentárias	2020	2019	Varição
Educação	1.816.417.670,93	1.720.587.277,18	5,57%
Ensino Fundamental	1.025.139.214,19	1.007.222.172,99	1,78%
Educação Infantil	716.098.144,41	611.803.691,24	17,05%
Educação de Jovens e Adultos	18.826.873,38	19.274.145,35	-2,32%
Educação Especial	4.389.122,25	11.309.297,55	-61,19%
FU12 - Administração Geral	51.745.273,09	70.584.321,75	-26,69%
FU12 - Demais Subfunções	219.043,61	393.648,30	-44,36%

Como se nota, quase todo crescimento dos investimentos do setor encontra-se dentro da educação infantil, sem que os dados fosse melhor detalhados com relação ao destino dos investimentos. Houve grande queda nas partes administrativas e na educação especial.

Vejam agora as despesas intra-orçamentárias:

Despesas intra-orçamentárias	2020	2019	Variação
Educação	197.205.054,08	194.240.163,17	1,53%
Ensino Fundamental	127.214.962,01	130.679.044,58	-2,65%
Educação Infantil	59.416.767,53	51.954.120,00	14,36%
Educação de Jovens e Adultos	3.194.989,88	3.188.406,53	0,21%
Educação Especial	0,00	0,00	_
FU12 - Administração Geral	7.378.334,66	8.418.592,06	-12,36%
FU12 - Demais Subfunções	0,00	0,00	_

As despesas intra-orçamentárias são aquelas agregadas posteriormente ao orçamento. São mais importantes, assim, para avaliarmos novos gastos oriundos do quadro da pandemia de COVID-19. No entanto, a declaração pouco detalhada dos dados não nos permite tirar maiores conclusões já que não se verificou, nessas despesas, uma variação muito sensível quando comparadas com o ano anterior.

CONCLUSÕES

Verificamos no presente estudo um crescimento continuado na arrecadação da prefeitura nos últimos três anos, incluindo 2020. Crescimento muito superior a inflação no período. Associado as receitas temos um superavit orçamentário superior a 390 milhões de reais.

A análise detalhada das despesas indicou sua redução percentual tanto na saúde como na educação. A fatia extra destinada a assistência social e ao trabalho em função do quadro pandêmico não atingiu nem sequer 2% das receitas municipais.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) empurra os investimentos em áreas sociais a patamares baixíssimos. Equivale , por isso, à irresponsabilidade social.
Cabe notar, contudo, que mesmo considerando os estreitos limites impostos pela LRF, no caso de Belo Horizonte temos mais de 1 bilhão de reais disponíveis para investimento quando consideramos o limite prudencial da LRF.

A prefeitura investiu menos de 25% das receitas por impostos e transferências em educação básica. Apesar disso, foram feitas mudanças nos critérios de cálculos de modo a possibilitar um recálculo que eleve artificialmente o montante investido para além dos 25%.